

A identidade de favelado na cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XX – questões do espaço e da memória

Eladir Fátima Nascimento dos Santos *

Resumo:

O trabalho procura refletir sobre o processo de construção da identidade espacial dos favelados da cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XX. A partir da observação da memória e da história das favelas cariocas, observa-se que é somente a partir do momento em que se dissipa o sentimento de “provisoriedade” em que consistia o habitar o espaço favela, e da conseqüente construção de redes de solidariedade e desenvolvimento de ações coletivas na luta pela permanência no lugar é que se constrói essa identidade. Primeiramente é apresentada uma reflexão sobre a questão da habitação e os meios disponíveis para os trabalhadores pobres obtenham uma casa. A seguir, procura-se observar as formas pelas quais foi sendo construída a memória e a identidade do favelado. Por último, observa-se o processo crescente de criação de organizações políticas dos favelados da cidade.

Palavras-chave: favelado, identidade, memória

Abstract:

This paper tries to analyze the process of construction of a space identity of the *favelas* inhabitants at Rio de Janeiro during the first half of the XX Century. From the observation of the memory and the story of the carioca *favelas*, it is noted that just after the moment that the sense of “provisory less” that means the living at a *favela*, and the resulting construction networks of solidarity and development of collectives actions in the fight for the permanency in the place, that a identity was build. At first, it is presented a reflection at the habitation issue and the disposables means to the workers acquire a house. After, it seeks to observe the ways in which it was built the memory and the *favela* identities. At last, it describes the actions at the *favelas* in its growing and intense process to create their political organizations

Key-words: *favela* inhabitants, identity, memory

* Mestre em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professora da rede estadual de educação do Estado do Rio de Janeiro.

Breves reflexões sobre a habitação para os pobres da cidade

Favela

*Numa vasta extensão / Onde não há plantação
Nem ninguém morando lá / Cada um pobre que passa por ali
Só pensa em construir seu lar / E quando o primeiro começa
Os outros depressa / Procuram marcar
Seu pedacinho de terra para morar...
(Jorginho & Padeirinho, 1966)*

Refletir sobre a habitação para os pobres da cidade é tarefa que excede em muito as possibilidades colocadas para este artigo. No entanto, não podemos dar esses nossos primeiros passos na proposta de análise da construção da identidade do favelado na cidade do Rio de Janeiro, sem percorrermos, ainda que brevemente, por reflexões que possam auxiliar no reconhecimento de heranças e intencionalidades da sociedade na construção do espaço urbano no Rio de Janeiro, especificamente na questão da habitação. A simplicidade dos sambistas Jorginho e Padeirinho, ambos da favela da Mangueira, na representação que oferecem para a solução da questão habitacional não deixa aparente o fato de que a apropriação e o uso do espaço da cidade sempre fora marcado por conflitos. Porém, serve para que se perceba o quanto foram efetivas, embora inicialmente solitárias, as ações dos trabalhadores pobres para resolver suas necessidades de moradia.

A questão da habitação no Brasil é estrutural e vários são os estudos que têm procurado compreendê-la com o objetivo de oferecer aos responsáveis pelas políticas públicas subsídios para a busca de soluções. Uma das constatações unânimes para todos os que se debruçaram sobre o tema é que o modelo de capitalismo implantado entre nós não foi capaz de produzir habitações em número e qualidade suficientes para atender às necessidades dos trabalhadores das cidades. As metrópoles brasileiras, desde os primeiros momentos da crescente urbanização da população e a sua consecutiva revolução demográfica dos anos 1950 têm apresentado um déficit quantitativo e qualitativo de moradias. O Rio de Janeiro, como todas as metrópoles do país, teve sempre o processo de apropriação do espaço urbano marcado por conflitos, que tanto maiores se tornaram quanto maiores eram esses déficits habitacionais.

A questão da habitação era concebida pelas instituições como algo eminentemente privado, estando a cargo somente dos indivíduos a viabilização de meios para suprirem suas

necessidades de moradia. Ao Estado, somente cabia a regulamentação e fiscalização da utilização do espaço urbano.

A população pobre, que não tinha condições de adquirir a propriedade ou a posse de habitações adequadas e servidas de infraestrutura urbana, via-se obrigada a ocupar os sopés, as encostas ou o alto dos morros que circundavam a cidade. De forma criativa, construíam suas moradias com toda sorte de materiais improvisados ou restos de demolições que ocorriam nas áreas centrais da cidade. A população, dessa forma, resolvia a sua carência de moradia com as ocupações e autoconstrução de suas casas. Esse tipo de habitação espalhou-se rapidamente no meio urbano e, contraditoriamente, tinha até certo amparo legal. Constava da letra da lei, por descuido do legislador ou, ao contrário, talvez em atenção à necessidade e importância da mão de obra dos pobres para o funcionamento da cidade, a determinação do Decreto 391 de 10 de fevereiro de 1903 de que “os barracões toscos não serão permitidos, seja qual for o pretexto de que lance mão para obtenção de licença, salvo nos morros que ainda não tiverem habitações, e mediante licença”. Este decreto regulava construções, reconstruções, acréscimos e consertos de prédios na área do Distrito Federal. Fazia parte de um conjunto de decretos e leis promulgadas no período entre janeiro de 1903 e outubro de 1904 e tinha como objetivo redefinir as atribuições municipais e discriminar as proibições na nova era que se inaugurava com as reformas urbana de Pereira Passos e sanitária de Oswaldo Cruz.

Pode-se dizer que o espírito de tal norma, que colocava passível de licenciamento a posse de barracos toscos nos morros, era legalizar a complacência das autoridades. Diante da incapacidade do Estado de fornecer meios para que todos os cidadãos tivessem suas moradias, fazia-se “vistas grossas” à proliferação das favelas.

Marins, em *Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*, ao analisar as relações criadas, as estratégias e as formas de moradia dos pobres da cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX, atenta para o fato de que os morros estavam por toda parte, e quase todos eram desabitados; “quanto às licenças... essas puderam ser facilmente esquecidas, ou mesmo contornadas.” (MARINS, 1998:154) O autor afirma que quando “morar nas habitações coletivas superlotadas alcançava um custo impossível, ou as condições de moradia ficavam insuportáveis, umas poucas madeiras e a complacência das autoridades abriam novas – e panorâmicas – perspectivas de habitação.” (MARINS, 1998:154)

As favelas cresciam a olhos vistos e bem próximas das avenidas afrancesadas abertas no início do século. Suas presenças incomodavam os setores médios e ricos da sociedade que,

se não sabiam as soluções para a erradicação das mesmas, constantemente, se manifestavam reclamando da má vizinhança.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930 – 2002), ao analisar as relações entre o espaço físico e o espaço social conclui que “o espaço é um dos lugares onde o poder se afirma e se exerce. É nele que o capital econômico e o capital simbólico permitem manter à distância as pessoas e as coisas indesejáveis. Aquele que não possui capital deve, segundo essa lógica, ser mantido à distância, seja física, seja simbólica, dos bens que facilitam a vida na cidade (BOURDIEU, 1997:163-164). As análises e conclusões do autor nos ajudam na observação do inconformismo dos setores mais abastados com a proximidade física das favelas localizadas na zona sul da cidade. Os grandes jornais, porta-vozes dos setores que detêm capital, clamam por uma fiscalização e repressão à criação de favelas. Essa prática dos veículos de imprensa defendendo a posição de que o convívio social exige normas e regras básicas, às quais os favelados teimam em transgredir, quando ocupam as encostas, é corrente até os nossos dias. Ela é a manifestação do inconformismo e da luta dos setores dominantes para a manutenção dos privilégios que o fato de deter capital lhes assegura. Passam a idéia de que a mídia e os setores dominantes são os isentos defensores das leis que o Estado deve fiscalizar. Esquecem-se, neste particular, que a invasão de terras, antes consideradas devolutas, é parte integrante do processo de urbanização no nosso país.

“Eu nasci sem sorte / moro num barraco”

Com esses versos¹ de 1965, o compositor Chico Buarque de Holanda apresenta um sentimento que, por muito tempo, permeou a memória e a identidade dos favelados da cidade do Rio de Janeiro. O morar em uma favela, resultante de uma realidade construída em meio a conflitos sociais que envolvem a luta pela propriedade e posse do solo urbano, parecia-lhes uma simples questão de sorte ou falta de sorte. Aceitavam como natural o que fora construído e, enquanto a sorte não chegava, habitava-se nos morros, morava-se na favela, espaço desprovido de infraestrutura urbana.

Surgidas no Rio de Janeiro, então capital da república, no final do século XIX, as favelas sempre foram consideradas pelas autoridades constituídas como “aglomerados invasores” e por isso, passíveis de ações que procuravam soluções para sua erradicação.

¹ Versos da canção *Meu Refrão*, em que o compositor, nos linhas subseqüentes às aqui citadas, procura apresentar uma compensação, muito presente na memória e história do morador do morro: que, embora sem sorte, ele se distingue do morador da parte urbanizada da cidade porque ele cria, canta e toca o samba, tendo o violão como seu melhor amigo que o faz esquecer das agruras da vida.

Essas ações, logo, se apresentavam ineficazes e até, em algumas situações, colaboradoras para a construção de outras favelas e expansão das que já existiam

Porém, interessa aqui observar que a solução de habitar nos morros, nos primeiros momentos, sempre esteve envolta em um sentimento de “provisoriedade”. Tanto para o morador quanto para as autoridades, aquela solução de moradia era provisória. Para o morador porque esse era constantemente alertado para o fato de que não detinha a propriedade do lugar e que ali se estabelecera por uma “boa vontade” dos poderes constituídos, enquanto não conseguia coisa melhor. Para as autoridades porque acreditavam que, em breve, regulamentariam o espaço urbano, despejariam os moradores indesejáveis, derrubariam os barracos toscos e restabeleceriam a ordem na cidade.

Tal sentimento de “provisoriedade” está claro desde a criação da primeira favela, no Morro da Favella localizado na área atrás do prédio do Quartel General do antigo Ministério da Guerra. O aglomerado que ali se estabelecera, e que terminou servindo de nome para designar outros aglomerados semelhantes, criou-se a partir das construções feitas pelos soldados chegados da Guerra de Canudos que obtiveram a permissão do Exército para se estabelecerem provisoriamente na região.

Os moradores das favelas, nos primeiros anos do século XX, introjetaram a ideia inculcada pelos setores dominantes, regra contida no direito civil, que separa a propriedade da posse. Regra essa somente aplicada, como já foi dito acima, para os segmentos pobres da sociedade, haja vista, o fato de que a constância na posse sempre foi a origem histórica da propriedade de terras em nosso país. Ademais, o provisório impedia a existência de alguns projetos pessoais de importância para os moradores, tais como a realização de melhorias nas casas, construções em alvenaria, pinturas e outros investimentos na habitação. Muitos afirmavam que assim agiam porque não sabiam se iriam ficar ali por muito tempo, já que o terreno não lhes pertencia. Estavam residindo na favela “provisoriamente”. Mas ocorre que este provisório se eternizava, tornara-se duradouro e, cada vez mais, ficava distante a possibilidade de saída da favela. A política habitacional era inexistente e, posteriormente, precária. As vilas operárias construídas e mantidas por umas poucas indústrias somente atingiam um número irrisório de trabalhadores especializados. Somente na década de 1930, no Governo Vargas é que ocorreu uma primeira experiência de política habitacional com a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões – os IAPs – que construíam os conjuntos habitacionais. Mas essa iniciativa deixava de lado os setores de menor renda, sem carteira de trabalho assinada e que estavam na economia informal. Outra iniciativa, a Fundação da Casa

Popular, tinha o audacioso objetivo de promover o acesso universalizado à moradia, mas, no entanto, fracassou por falta de recursos para investimento.

A percepção dessas questões por parte dos favelados levou-os a conscientizarem-se, não só do fato de que sua permanência na favela não era tão provisória assim, como também do fato de que eles deveriam lutar para garantir a existência de seus lares naqueles espaços. Era a consolidação do sentimento de pertencimento àquele lugar.

A questão das primeiras habitações em favelas como uma situação provisória pode, em parte, explicar a ausência de uma identidade espacial dos favelados da cidade até meados do século XX. Quando essa identidade ocorria, ela era bastante tênue e não suficiente para acarretar a organização das ações individuais e muito menos das ações coletivas que visassem à permanência no lugar ou a melhoria das condições de vida no território da favela.

A identidade trata-se do entendimento que as pessoas têm de quem elas são e o que consideram importante para qualificá-las. Desde que nascemos até nossa morte, sempre estamos interagindo com outras pessoas, e nossas identidades são forjadas sob as ações dos grupos sociais nos quais estamos inseridos. Adquirimos valores, desenvolvemos comportamentos e, desse modo, formamos nossa identidade e por ela somos reconhecidos. Geralmente as pessoas são identificadas como pertencente à determinada etnia, à determinada nacionalidade, a uma classe social, a um gênero, etc. São identificações generalizantes que classificam sem atentar para especificidades individuais. A sociologia, preocupada com uma visão mais ampla sobre o porquê somos como somos e porque temos determinados comportamentos em condições sociais diversas, verificou a existência de uma identidade social e uma auto-identidade. Mesmo estando as duas imensamente relacionadas, a primeira refere-se às características que são atribuídas a um indivíduo pelos outros e a segunda trata-se da identidade pessoal. Neste caso, tanto a identidade pessoal quanto a social do favelado, tiveram o lugar, o espaço da habitação, como fator determinante para sua construção.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu ao estudar o funcionamento do espaço social observou que o mesmo se baseia na vontade de distinção dos indivíduos e dos grupos, isto é, na vontade de possuir uma identidade social própria que permita existir socialmente, ser reconhecido pelos outros, adquirir importância e visibilidade. Essa identidade social pode se repousar sobre o nome de família, sobre a filiação a uma família ou a uma linhagem, sobre a nacionalidade, a profissão, a religião, a classe social, ou seja, sobre alguma etiqueta. O autor afirma que existir socialmente é ser percebido, é ser reconhecido por suas propriedades distintivas. (BOURDIEU, 2007:144-145)

O tempo, o espaço - *locus* da experiência, da rememoração - e o movimento são elementos constituidores e agentes dos processos identitários. Os favelados da cidade, em meados do século XX, já possuíam uma memória e uma história de sua permanência no espaço favela e já, há muito tempo, vinham construindo redes de solidariedade que lhes permitiam ajudarem-se mutuamente para enfrentar as muitas adversidades presentes no território que ocupavam. Sentiam necessidade de serem socialmente percebidos e reconhecidos como moradores da favela - uma parte da cidade - e, portanto, sujeitos de direitos. Era uma identidade que nascia na luta contra as adversidades do lugar. Uma identidade distintiva vinculada à emancipação e que se movimentava no espaço interior de uma especificidade cultural - a favela - e se projetava para o restante da sociedade para exigir direitos.

Ser “favelado” e lutar pelo seu lugar

As favelas da cidade do Rio de Janeiro, como vimos, surgiram em meio ao sentimento de que elas eram algo provisório no cenário urbano. Esse sentimento de “provisoriedade” colaborou imensamente para a tardia construção da identidade do favelado e, conseqüentemente, para o tardio processo de organização política dos favelados da cidade, já que este somente teve lugar a partir do final dos anos 1940.

Os moradores de favelas somente iniciaram um processo de organização local, em meados dos anos 1940, com a formação das primeiras Comissões de Moradores nas favelas do Pavão-Pavãozinho, Cantagalo e Babilônia, para resistir à remoção forçada para os Parques Proletários. Depois de 1946, sob orientação da Igreja Católica, várias favelas criaram Associações de Moradores e, dessa forma, os moradores mostravam para os demais setores da sociedade que, não só estavam construindo a sua identidade espacial como, estavam dispostos a lutar pelo seu território. Deixavam de lado a ideia de que ali estavam instalados provisoriamente.

Num claro prosseguimento desse processo, nos anos 1954 e 1959 os favelados criaram respectivamente a União dos Trabalhadores Favelados (UTF) e a Coligação dos Trabalhadores Favelados (CTF), demonstrando sua capacidade autônoma de organização, e procurando expandir para outras regiões a organização que até aquele momento ainda se dava de forma muito localizada.

Essas duas entidades, UTF e CTF, iniciadoras do movimento favelado regionalizado na cidade procuravam ainda requalificar a categoria “favelado”, identificando-a com a

categoria “trabalhador”, e, portanto, no contexto dos anos 50, capaz de exigir direitos (BURGOS, 2004:30). No entanto, suas propostas organizativas autônomas para as favelas foram interrompidas por ações do Estado com o auxílio da Igreja, que atuava através da Fundação Leão XIII e Cruzada São Sebastião, incentivando a criação de Associações de Moradores, entidades que não representavam uma política interna independente. Esses dois braços da Igreja Católica, Fundação Leão XIII e Cruzada São Sebastião, foram efetivos, durante certo tempo, no papel de procurar evitar os conflitos sociais, uma vez que disciplinavam os favelados para obter um clima de harmonia na cidade.

No início da década de 1960, com dados não muito precisos, a despeito de ter ocorrido um censo oficial em 1960, os órgãos do governo tinham em conta que a população residente em favelas, no antigo estado da Guanabara, estava na ordem de trezentos e trinta e cinco mil moradores, compondo cerca de dez por cento dos habitantes da cidade-estado que possuía um total de três milhões trezentos e seis mil habitantes. Esse dado mostrava que a favela, uma das formas de moradia que restou para a população pobre da cidade, e que vinha sendo combatida, em vários momentos, através de ações governamentais se tornara “duradouramente provisória”² e se estabelecera no espaço urbano de forma incontestável.

Os anos 1960 foram peculiares para a cidade do Rio de Janeiro e seus habitantes. A capital federal transferira-se para Brasília, em 1959, e neste mesmo ano criara-se a cidade-estado da Guanabara. O Brasil vivia ainda os momentos de euforia iniciados desde os primeiros momentos do governo do presidente Juscelino Kubitschek que havia construído Brasília e criado a Guanabara. Também o movimento popular se organizava e as lideranças sindicais reivindicavam melhores condições de vida e trabalho. Nas eleições de 1960, Carlos Lacerda foi eleito primeiro governador do Estado da Guanabara, com um total de 35,7 por cento dos votos válidos. Em sua campanha prometera acabar com o que chamava de “desordem urbana” e uma verdadeira ruptura com o atraso que impedia o desenvolvimento da cidade-estado. Constava de seu conceito de desordem urbana a presença das favelas no cenário da cidade. Portanto, era necessário impedir sua iniquização na cidade, erradicá-las. Para isso as articulações do governador deram-se no sentido de controlar instituições e organizações que tratavam da questão favela. Suas preocupações eram captar poderes locais e tornar eficaz sua pretensão ligada ao remocionismo. Arguindo as antigas noções da ilegalidade e da transgressão ao ordenamento que a favela representava, o governador

² Expressão utilizada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (A Ordem das Coisas, In *A Miséria do Mundo*, 1997: 81) ao referir-se aos conjuntos habitacionais construídos no norte da França para abrigar, provisoriamente, franceses pobres e principalmente imigrantes norte – africanos, e que se estabeleceram definitivamente na paisagem da cidade.

organizou todo um processo para reprimi-la. Procurava operar uma verdadeira “construção política do espaço” (BOURDIEU, 1997:166), favorecendo a construção de “grupos homogêneos em base espacial”. Procurava reunir os possuidores na zona sul da cidade, espaços mais aprazíveis e dotados de infraestrutura e, na periferia, as populações homogêneas em sua despossessão. Criou órgãos e encampou os já existentes, colocando todos aqueles que tratavam do assunto favela, sob seu controle. Era a luta pelo espaço urbano na qual os possuidores de capital tinham o Estado como seu representante, detentor de imenso poder sobre o espaço, com capacidade de controlar o mercado do solo e das grandes construções imobiliárias. Era o Estado que deveria reorganizar espacialmente a cidade, de acordo com seus interesses econômicos e ideológicos.

Após todas as articulações políticas e administrativas realizadas pelo governador, uma das coisas mais inesperadas, no cenário político da Guanabara, seria o surgimento de uma alternativa de organização autônoma dos favelados para resistir ao remocionismo. Foi exatamente o que ocorreu. Durante o processo de remoção da favela do Pasmado, vinte e oito Associações surpreenderam os poderes públicos num processo de disputa pelo espaço urbano, quando resolveram se organizar em federação e empreender uma luta contra o remocionismo. Dessa forma foi criada, em junho de 1963, a Federação das Associações de Moradores do Estado da Guanabara (FAFEG) com o objetivo de organizar a resistência às remoções de favelas. Era uma organização federativa formada por lideranças que já possuíam certa militância no movimento popular ou no movimento sindical.

A remoção da favela do Pasmado, na zona sul da cidade, havia atraído a atenção da imprensa e dos políticos de oposição ao governador Carlos Lacerda. Foi uma remoção, realizada de forma bastante truculenta. Ela atendia a interesses dos que ansiavam pelo embelezamento da cidade, construção de prédios de luxo e a expulsão da vizinhança indesejável. Após a remoção ateou-se fogo aos despojos.

Todos esses aspectos dessa remoção bastante emblemática, que inclusive simbolizava o que viria a seguir em termos de remoções de comunidades faveladas, conscientizaram as lideranças, presidentes de Associações de Moradores da necessidade de organização para deter a concentração de poderes nas instituições que tratavam da questão favela. A FAFEG resistiu organizando manifestações nas áreas ameaçadas de remoção e apresentou-se como única organização a defender os reais interesses dos favelados. Mais uma vez, atentamos para a questão de que a organização política dos favelados que culminou com a criação de uma organização federativa como a FAFEG somente foi possível a partir do momento em que, dadas algumas condições objetivas, se dissipou o sentimento de “provisoriedade” da favela e

construiu-se a identidade espacial dos favelados. A luta contra as remoções ou despejos que se organizou sob a ação das lideranças tornou-se viável pela anterior construção de uma territorialidade, e com ela uma necessidade de defesa do espaço que servia de moradia. Com a criação da FAFEG os favelados tiveram grande visibilidade na imprensa, denunciaram a violência e a repressão e, sobretudo, deixavam claro para a sociedade que o espaço urbano estava mal distribuído.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. A Ordem das Coisas. In: *A Miséria do Mundo*. BOURDIEU, Pierre (Coord). Petrópolis, RJ: Vozes, 1997
- _____. Efeitos de Lugar. In: *A Miséria do Mundo*. BOURDIEU, Pierre (Coord). Petrópolis, RJ: Vozes, 1997
- _____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007
- BURGOS, Marcelo Baumann. Dos Parques Proletários ao Favela Bairro. In: *Um século de Favela*. Org. ZALUAR & ALVITO. Rio de Janeiro: FGV. 2004
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992
- _____. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005
- MARICATO, Ermínia. *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008
- MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In *História da Vida Privada 3*. SEVCENKO, Nicolau. (Org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998
- MENEZES, Lená Medeiros de. *Em Busca do Progresso – Pereira Passos e as Posturas Municipais. (1902-1906)*. Anais do 49º Congresso de Americanistas. Quito, Equador, 1997
- POLLAK, Michael, *Memória e Identidade Social*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro: v 5,n1,1992
- SEVCENKO, Nicolau. *O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso*. Introdução de *História da Vida Privada 3*. SEVCENKO, Nicolau (org.). Companhia das Letras. São Paulo 2006
- ZALUAR, Alba & ALVITO, Marcos (Org). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 2004